

AMAZÔNIA COMO TERRA DE OPORTUNIDADES: ANÁLISE DE UMA IDENTIDADE AMAZÔNICA FORJADA PELO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

DOI: [10.29327/210932.13.1-5](https://doi.org/10.29327/210932.13.1-5)

Rúbia de Abreu Cavalcante
Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Letras, Linguagem e Identidade, Acre - Brasil
rubia.cavalcante@sou.ufac.br
<https://0000-0002-9437-1915>

RESUMO: Discorrer sobre construtos sociais é tarefa desafiadora, ainda mais quando um discurso fundante possui valor universal. Ainda assim, neste ensaio, proponho-me a analisar o conceito de Amazônia e o faço de forma errática (Glissant, 2021), compreendendo que o assunto sobre o que escrevo nem de longe é explicação total dos fatos observados, mas uma forma de expressão contra um jeito sistêmico de pensar sobre a região. Para proceder à escrita, valer-me-ei da análise de um gênero discursivo - artigo de opinião – publicado no jornal Folha de São Paulo, o que envolverá a descrição do gênero, a análise do contexto de interação verbal no qual está inserido socialmente, bem como análise das formas da língua, especialmente os argumentos utilizados pelos autores do texto. Para a fundamentação, apoio-me, principalmente, na metodologia proposta por Valentin Volóchinov (2021) e nas discussões sobre gêneros do discurso feitas por Mikhail Bakhtin (2016). A análise aponta que atitudes responsivas, em termos bakhtinianos, permitem desconstruir, através da linguagem, verdades científicas e estereotipadas criadas através dos discursos.

PALAVRAS-CHAVE: Conceito de Amazônia. Gênero Discursivo. Linguagem.

AMAZON AS A LAND OF OPPORTUNITIES: ANALYSIS OF AN AMAZONIAN IDENTITY FORGED BY FOLHA DE SÃO PAULO NEWSPAPER

ABSTRACT: Discussing social constructs is a challenging task, even more so when a founding discourse has universal value. I propose to conceptualize the Amazon and I do it with errantry (Glissant, 2021), understanding that the subject I write about is not even remotely a full explanation of the observed facts, but a form of expression against a systemic way of thinking about the region. To proceed with the writing, I will use the analysis of a discursive genre - an opinion article - published in the newspaper Folha de São Paulo, that is going to involve the description of the genre, the analysis of the context of verbal interaction in which it is socially inserted, as well as the analysis of the forms of language, especially the arguments used by the authors of the text. For the theoretical foundation, I rely mainly on the methodology proposed by Valentin Volóchinov (2021) and on the discussions about discourse genres made by Mikhail Bakhtin (2016). The analysis points out that responsive attitudes, in Bakhtinian terms, allow us to deconstruct, through language, scientific and stereotypical truths created through discourses.

KEYWORDS: Concept of Amazon. Discursive Genre. Language.

Recebido: 18/06/2024

Aceito: 24/12/2024



ISSN: 2525-5924

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo, busco analisar um artigo de opinião escrito por dois economistas em um grande jornal de circulação nacional, tendo como ponto de partida a definição de Amazônia por eles apresentada. Opto por fazê-lo mediante movimento responsivo de leitura em relação ao modo como a Amazônia é conceituada no texto, doravante apresentado. Responsivo na medida em que, quando qualquer enunciado é produzido, todos os sentidos nele existentes não podem ser atribuídos apenas em relação a quem o escreveu, mas a todos os que participam da comunicação. Conforme nos ensina Faraco (2003) Tanto o escrevente, como os leitores constroem significados:

O mesmo mundo, quando correlacionado comigo e com o outro, recebe valorações diferentes, é determinado por diferentes quadros axiológicos. E essas diferenças são arquetonicamente ativas, no sentido de que elas são constitutivas dos nossos atos (inclusive de nossos enunciados): é na contraposição de valores que os atos concretos se realizam; é no plano dessa contraposição axiológica (é no plano da alteridade) que cada um orienta seus atos. (Faraco, 2003, p. 22)

Ao considerar minha atitude responsiva ativa em relação a um posicionamento sobre as coisas do mundo, eu poderia apenas concordar com o posicionamento, calando ou expressando oralmente ou por escrito. No entanto, opto por expressar minha leitura sobre o texto de forma escrita contrária ao artigo publicado. Apoio-me, para tanto, em Mikhail Bakhtin (1993), que afirma:

Compreender um objeto significa compreender meu dever em relação a ele (a orientação que preciso assumir em relação a ele), compreendê-lo em relação a mim na singularidade do existir-evento: o que pressupõe a minha participação responsável, e não a minha abstração. Somente do interior de minha participação posso compreender o existir como evento, mas este momento de participação singular não existe no interior do conteúdo visível, na abstração do ato enquanto ato responsável. (Bakhtin, 1993, p. 35)

Corroborando com o excerto, é somente a partir do meu próprio lugar - construído na relação com outro -, do lugar da minha existência e da minha participação construída nas relações dialógicas com outros sujeitos e com outros discursos neste mundo, é que posso agir através de uma atividade de linguagem.

METODOLOGIA

A análise proposta parte da premissa de que os gêneros discursivos – *tipos de enunciados relativamente estáveis* (Bakhtin, 2016, p. 12) – são enunciados produzidos com o propósito de estabelecer a interação entre as pessoas. Suas finalidades e formas são tão diversas quanto são diversos os campos da atividade humana. Esses enunciados “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseo-

lógicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional” (Bakhtin, 2016, p. 11-12) e são determinados pelos campos de comunicação.

Neste artigo, em especial, proponho-me a analisar um artigo de opinião, um dos gêneros que compõem a esfera jornalística, a partir da proposição metodológica indicada por Volóchinov (2021), na obra intitulada *Marxismo e filosofia da linguagem*, para quem:

a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (Volóchinov, 2021, p. 220).

Em outras palavras, para o autor, como a interação ocorre através dos gêneros do discurso, a análise deverá considerar o contexto de interação verbal em que o referido gênero foi produzido, a descrição do gênero, bem como formas linguísticas diversas, sejam elas linguísticas, sintáticas, semânticas, pragmáticas, etc.

O texto intitulado *Um desafio Amazônico*, ora em análise, é um artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, gênero discursivo que buscou, no momento de sua publicação, pautar a opinião pública e mudar comportamentos dos leitores acerca da viabilidade econômica de explorar terras amazônicas, através de diferentes argumentos, estratégias argumentativas e discurso de autoridade.

Textos como o artigo de opinião são publicados normalmente em meios de comunicação de massa (jornais, revistas, sites, rádios, *blogs*), possuem leitores com diferentes perfis, tratam de temas atuais e, por vezes, polêmicos e provocativos e que estão em circulação na mídia e em meio à sociedade. São textos assinados, sendo, portanto, possível perceber neles claramente os valores ideológicos de quem enuncia.

Além disso, os artigos são opinativos, escritos por colaboradores que não necessariamente trabalham no jornal, porém destacam-se na sociedade por sua posição social (quase sempre privilegiada) e por emitirem publicamente seus pontos de vista sobre assuntos considerados atuais.

Escritos na variedade culta da Língua Portuguesa, os artigos podem aparecer ou na primeira pessoa, ou na terceira pessoa do discurso. Possuem como principais estratégias linguísticas o uso de verbos no presente do indicativo, utilizados para sustentar argumentos selecionados, defender, refutar ou negociar um ponto de vista acerca de um assunto atual, bem como o uso de conectivos capazes de dar coesão e sustentação à tese defendida. Todas essas características, aliadas a uma estrutura baseada em introdução, desenvolvimento e conclusão, são usadas como mecanismos discursivos de persuasão do público-alvo.

É importante frisar ainda que os artigos de opinião possuem características mais estáveis e estão presentes em condições culturais mais complexas e relacionados ao tempo

e espaço em que são enunciados. Além disso, exigem de quem escreve elaboração organizada e raciocínio lógico.

Com publicações atualmente apenas no formato digital, o suporte em que o artigo de opinião foi publicado é a Folha de São Paulo, um jornal diário, que se autointitula crítico, plural, e apartidário e que se posiciona entre os grupos editoriais como uma empresa cuja missão é contribuir com a democracia e a diminuição das desigualdades brasileiras, tal como se pode constatar em “Fundada em 1921, a Folha é um dos maiores e o mais influente entre os jornais diários nacionais de interesse geral. O crescimento foi calcado nos quatro alicerces do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência”. (Folha de São Paulo, 2023, grifo nosso)

Eis a publicação.

UM DESAFIO AMAZÔNICO

Desenvolvimento sustentável passa por fundo constitucional para a bioeconomia

Márcio Holland e Daniel Vargas

Professores na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Eesp)

A Amazônia é terra de oportunidades. Sua exuberância e riqueza de recursos naturais a torna uma terra prometida ao mundo da bioeconomia. Não temos, contudo, um plano de voo para atuar na região. O Brasil não conhece a sua própria Amazônia. O Brasil não sabe o que fazer com tanta riqueza natural. A cada novo projeto de investimento para a região, abre-se um caloroso embate entre gerar riqueza e impactar o meio ambiente. No bioma, o debate se exalta para projetos que são usualmente realizados no resto do Brasil.

Recentemente, entrou em rota de colisão os interesses da Petrobras e a indisposição do Ibama em autorizar a exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas, com potencial de ser um novo “pré-sal”.

Para o Ibama, há “inconsistências identificadas sucessivamente” em matéria de “notória suscetibilidade socioambiental”. Para a Petrobras, a área de pesquisa, que pode chegar a 2.200 km de extensão, fica a cerca de 500 km da foz do rio Amazonas, sem riscos ambientais para o bioma.

A exploração de potássio na região é outro caso em disputa. O Brasil é uma grande potência agrícola, mas altamente dependente da importação de fertilizantes, em particular de regiões que vivem em conflitos geopolíticos, como Ucrânia e Belarus. O Brasil importa 96,5% do cloreto de potássio que utiliza para fertilização do solo e é o maior importador mundial de potássio, com mais de 10 milhões de toneladas adquiridas do exterior. Contudo, os municípios amazonenses de Nova Olinda do Norte, Autazes e Itacoatiara têm reservas em torno de 3,2 bilhões de toneladas de minério. Apenas 11% dessas reservas estão em terras indígenas. Mas o Brasil segue altamente dependente da importação do insumo para uma cadeia produtiva que garante segurança alimentar a centenas de milhões de pessoas pelo mundo.

Vale ainda o registro do longo embate em torno da pavimentação da rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RO). Mais da metade de seus extensos 885 km não têm condições para transportar pessoas e mercadorias, e mesmo os trechos asfaltados, nas proximidades das capitais, estão aquém do adequado.

Mais um projeto de investimento amazônico na rota de disputa entre economia e meio ambiente.

Sem um plano estratégico, as discussões sobre investimentos na região seguem sob conflito e com poucas realizações a favor da sociedade local. Recentemente, o Banco Mundial divulgou o documento “Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira: um Memorando Econômico”, editado por Marek Hanusch. O projeto se propõe a enfrentar as questões da Amazônia “de forma multifacetada”. Como outras iniciativas, o documento fala em altas cifras para valorar a floresta e seus serviços ambientais, mas não mostra o caminho da monetização desses recursos para os 28 milhões de brasileiros que lá habitam.

Fala-se em mais de US\$ 200 bilhões anuais para o valor da floresta tropical brasileira. Mas como a população se beneficiaria desses recursos? Como se converteriam em produção ou renda para as famílias da região? A questão permanece em aberto.

A tarefa de promover grandes investimentos na região amazônica não é nada trivial, em especial porque envolve o falso conflito entre meio ambiente e investimentos produtivos, como a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, de potássio em Autazes e a pavimentação da BR-319.

A partir dos “Diálogos Amazônicos”, série de webinars da Fundação Getúlio Vargas, discutimos a proposta de um fundo constitucional para a bioeconomia. Contribuições advindas destes e de outros tantos investimentos para esse fundo, empoderado em governança e princípios socioambientais, poderiam ajudar a mitigar seus riscos ambientais, promover a interiorização do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida da população, realizar investimentos em logística e patrocinar pesquisas e inovações nas cadeias produtivas da região.

A Amazônia somente terá desenvolvimento sustentável quando soubermos o que realmente queremos dessa extraordinária bênção da natureza.

Fonte: Folha de São Paulo, 2023.

Inicialmente, cabe explicar em que contexto o artigo de opinião foi publicado. Para situar, o momento histórico de concepção do texto foi junho de 2023, circunstância em que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos (Ibama) negou à Petrobrás (estatal de economia mista que explora, produz, refina, gera e comercializa óleo, gás natural energia no Brasil) o licenciamento ambiental para explorar petróleo e gás natural na intitulada Margem Equatorial Brasileira, situada no litoral entre os estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

Na oportunidade, a Petrobrás havia pedido reconsideração do pedido de licença para iniciar pesquisas na referida região. O dilema socioambiental estabelecido tornava evidentes dois grandes grupos de interesse. De um lado, a favor da exploração, estavam a Petrobrás, governadores, deputados, senadores, empresários e acionistas. De outro, os órgãos de proteção do meio ambiente, como, Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Ministério do Meio Ambiente, Organizações Não Governamentais, além de populações ribeirinhas, como pescadores, agricultores, extrativistas, bem como outras populações afetadas caso ocorra vazamento de petróleo. O

embate estava posto à sociedade brasileira, que ouvia e lia em diferentes meios de comunicação de massa diferentes opiniões e análises sobre o assunto.

De início, chamo atenção para uma característica bastante comum nos artigos de opinião: são textos assinados. Nesse sentido, destaco dois aspectos na referida assinatura: o fato de os autores do texto serem economistas e fazerem parte do quadro de professores da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, renomada instituição privada de ensino superior que forma pessoas para atuar na administração pública e privada. Essas duas informações legitimam a posição socialmente privilegiada dos autores que escrevem no jornal, conferindo-lhes autoridade e confiabilidade para tratar do assunto a que se propõem, por causa de suas formações e por atuarem numa das mais conhecidas instituições de formação educacional do país.

Ao iniciarem o texto, já no título do artigo, os autores expõem que existe um “Desafio Amazônico”, antecipando aos leitores que o assunto sobre o qual tratarão é polêmico e merece um grande debate público a ser feito entre os brasileiros, uma vez que as consequências afeta diretamente a vida da população brasileira, porém ainda não traz a tese, que logo após será apresentada.

Logo abaixo do título, no texto-legenda, afirmam: “*Desenvolvimento sustentável passa por fundo constitucional para a bioeconomia*”. Sob o pretexto de discurso em favor da sustentabilidade, os economistas Holland e Vargas (2023) apressam-se em manifestar publicamente para os leitores suas posições, assumida econômicas e desenvolvimentistas, que todos encontrarão ao ler o artigo, isto é, a de que a “saída” para os grandes problemas sociais do Brasil, sobretudo para quem mora na região amazônica, seriam vantajados investimentos para estimular a economia. Essas declarações antecipadas, já nessa parte do texto, nada mais são que pistas contextuais sobre a tese apresentada no primeiro parágrafo de abertura do artigo de opinião.

Como estratégia discursiva, os autores iniciam o primeiro parágrafo, afirmando que a “Amazônia é terra de oportunidades”. Para sustentar a referida tese, que será defendida ao longo de todo o texto, os autores recorreram a semióforos (Chauí, 2000), na medida em que repetem estereótipos bastante comuns, presentes em diferentes narrativas, desde a invasão dos europeus em terras denominadas americanas até os dias atuais, e permanecem no imaginário brasileiro, a fim de cristalizar símbolos e subjetivar nossas identidades. São eles: a exuberância da fauna e flora brasileira, a relação harmônica e natural entre o homem e o lugar em que vive, a riqueza dos recursos naturais e minerais, bem como terra prometida, já ditos, que “vendem” a imagem de um lugar e forjam identidades, cuja única importância são as suas ricas potencialidades materiais.

Essa estratégia discursiva, que põe em destaque as qualidades e as riquezas da “terra prometida”, foi utilizada no artigo para introduzir as benesses do componente econômico “capazes” de levar ao progresso. Tal construção nada mais é do que uma retomada dos elementos de apelo nacional para neutralizar um possível discurso contrário de quem

pretende convencer, no caso em tela os leitores do jornal Folha de São Paulo, atentos ao debate acerca da exploração de petróleo e gás natural.

Ainda no primeiro parágrafo, escrevem: “O Brasil não conhece a sua Amazônia. Não sabe o que fazer com tanta riqueza natural”. Situando-se como conhecedores do lugar, os aludidos economistas, conscientes de sua credibilidade e prestígio social, acreditam que possuem argumentos de autoridade suficientes para defender seus posicionamentos e propõem, para tanto, apresentar aos leitores quais são as potencialidades de que a Amazônia dispõe. Assumem uma posição defensiva contra possíveis argumentos contrários que os enunciatários possam ter, alegando que o caloroso debate em torno da exploração das riquezas e de outras potencialidades da região não ocorre quando o assunto envolve outras regiões do país, como o sudeste e o sul.

Além disso, essa declaração pode ser interpretada como se apenas as pessoas de fora dos domínios amazônicos e com visão econômica, como os próprios autores e os investidores estrangeiros, fossem capazes de enxergar as “potencialidades” dessa terra. Argumentam, como se íntimos fossem do lugar, da sua gente, dos seus desafios, dos seus modos de vida, das suas contradições e das suas diferenças, ao mesmo tempo em que deixam claro a visão capitalista e preconceituosa.

Perseguindo a trilha para a construção da tese, os economistas selecionam três argumentos que julgam serem os mais convincentes para persuadir o público-alvo do grande debate público: inicialmente, declaram que é possível gerar mais riquezas com a exploração de Petróleo na bacia da Foz do Amazonas; em seguida, apoiam abertamente a possibilidade de o Brasil explorar o potássio; e, por fim, demonstram ser favoráveis à pavimentação (a qualquer custo) da BR-319. Em outras palavras, os fundamentos de sustentação dos parágrafos que gradativamente são apresentados ao leitor reiteram a posição brevemente antecipada no texto-legenda: investimentos econômicos na região amazônica poderiam gerar avantajadas riquezas para o Brasil, mesmo que haja consequências desastrosas do ecossistema relacionadas a essa exploração.

No segundo parágrafo do texto, os autores tornam claro quem são os protagonistas do embate público em torno das pesquisas sobre a exploração de petróleo: de um lado a Petrobrás, de outro o Ibama. Porém, de modo a intervir nas possíveis tomadas de posição contrárias por parte de quem lê o texto, legitimam suas posições capitalistas e desenvolvimentistas. Como forma de controlar o direcionamento do pensamento de quem lê o artigo de opinião, os autores optam por uma estratégia discursiva de controle sobre o que expressam e defendem. E escrevem: “com potencial de ser um novo ‘pré-sal’, referindo-se à possibilidade de encontrar petróleo em terras amazônicas. Cabe explicar que a referida estratégia argumentativa foi utilizada, deixando claro para o leitor que, para gerar riqueza e lucro, vale tudo, até mesmo explorar petróleo e também expor a fauna, a flora e os habitantes da região amazônica a riscos ambientais incalculáveis.

Ao trazerem à tona as “inconsistências identificadas pelo Ibama” – autarquia federal que não apenas nega o licenciamento ambiental para exploração da Margem Equato-

rial, mas também expõe os riscos gerados por um possível derramamento de óleo e a falta de proteção aos povos indígenas - no terceiro parágrafo, os autores valem-se da mesma estratégia discursiva de controle usada no parágrafo anterior, ao opinarem sobre o perigo de derramamento de óleo e, assim, enunciam “sem riscos ambientais para o bioma”. Mais uma vez, fica evidente que os autores não se importam com o impacto que um possível derramamento de óleo traria à região amazônica. Embora expressem textualmente que não há riscos, ninguém tem essa certeza até que os poços sejam furados e o desastre ambiental ocorra. Entretanto, nesse lugar de negócios em que se intenta perfurar mais poços de petróleo em busca de altíssimas cifras, existe um conjunto de vidas animais e vegetais - como é o caso de populações indígenas, ribeirinhas, pesqueiras e, também, populações de cidades inteiras - que poderiam ser colocadas em risco, pois suas existências estão diretamente vinculadas à qualidade da natureza.

No parágrafo seguinte, Holland e Vargas (2023) escolheram abordar um segundo argumento, que, para eles, é “altamente rentável”: a exploração de potássio. Para tanto, fundamenta a ação, alegando que o Brasil importa 96,5% do minério, enquanto que, em apenas 3 municípios amazonenses, há reservas que giram em torno 3,2 bilhões de toneladas. Contudentemente, fazem uso do mesmo tipo de construção textual de controle, ao final do parágrafo, sustentando que a exploração de potássio garantiria a segurança alimentar a milhões de pessoas.

Um novo argumento é apresentado ao leitor no quinto parágrafo: a defesa da pavimentação da BR-319, trecho que liga Manaus a Porto Velho. Tal pressuposto apresenta como justificativas a necessidade indispensável de quem mora na região a locomoção de pessoas e o transporte de mercadorias. Mais uma vez, insistem na estratégia textual de controle, alegando que os moradores da região “estão aquém do adequado”. Tal comentário torna evidente a visão preconceituosa dos economistas sobre as populações amazônicas, colocam-na como se estivessem as pessoas que lá vivem estivessem numa posição inferior à posição de quem enuncia, como se fossem pessoas não racionais, condenadas a viver à margem, de forma miserável, pois rejeitam debater o tão famigerado “progresso”. Caso aceitassem o debate público, sem questionar, conforme é sugerido do artigo, as populações locais poderiam usufruir de todas as “perfeitas” condições que a famigerada política de venda das riquezas poderia proporcionar.

Cabe lembrar, a esse respeito que os movimentos de resistência, os debates da opinião pública e a publicização de matérias que expõem as atrocidades cometidas em favor de grandes projetos econômicos - sejam eles de extração de petróleo, em favor da grilagem de terras, da instalação de usinas hidrelétricas, grandes projetos de construção (pontes, ferrovias, estradas, represas), defesa do desmatamento desenfreado e consequente expansão de pasto para pecuária - são lidos como reforço à imagem de um lugar atrasado, onde só moram selvagens, carentes de inteligência, que necessitam “naturalmente” da perspicácia de outras pessoas (os próprios autores se colocam nessa posição), capazes

de vislumbrar a evolução e a prosperidade. Assim, os que se opõem aos projetos “emancipadores” são considerados culpados, por não permitirem a modernidade.

Nos parágrafos seguintes, os autores propõem como alternativa para resolver os impasses entre quem quer investir e quem quer preservar - conflito interpretado por eles como falsos – a elaboração de um plano estratégico que possibilite a exploração de terras, com comando e controle de um ente financiador, plano este capaz de “mitigar seus riscos ambientais, promover a interiorização do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida da população, realizar investimentos em logística e patrocinar pesquisas e inovações nas cadeias produtivas da região”. Para ser colocado em prática, tal plano seria elaborado por um ente com capacidade de garantias financeiras, monitoramento, avaliação e administração de tudo o que ocorre na região, como o Banco Mundial, instituição que financia ações que estimulam o “desenvolvimento econômico”. Forja-se, com esse discurso, um lugar produzido e controlado através do discurso do estrangeiro, um lugar em que tudo falta, gerando necessidades que constroem e moldam nossas histórias e nossas subjetividades. Esses novos cenários, geridos, controlados e apresentados para convencer a opinião pública, vêm acompanhados não apenas de mudanças físicas. Mais que isso, as pessoas passam a incorporar novos comportamentos, novos jeitos de pertencer e de ser, pois acabam subjetivando novos valores, novos jeitos de ser e de existir, novos conceitos, novas geografias, novas economias, novas linguagens, novas “necessidades”.

Para além dos argumentos que sustentam a tese, outras características relativas ao gênero também compõem a construção do artigo de opinião, como o estilo utilizado. Para a escrita do texto, algumas escolhas linguísticas fazem parte desse tipo de enunciado, como é o caso das formas verbais e escolhas lexicais mais estáveis, como o uso de verbos no presente do indicativo ao longo da argumentação, tal como se pode observar em “A Amazônia é terra de oportunidades” (primeiro parágrafo); “O Brasil é uma grande potência agrícola” (4º parágrafo); “O Brasil importa 96,5% do cloreto de potássio” (4º parágrafo); “mais da metade de seus extensos 885 km não têm condições para transportar pessoas e mercadorias” (5º parágrafo); “Sem um plano estratégico, as discussões sobre investimentos na região seguem sob conflito e com poucas realizações a favor da sociedade local” (7º parágrafo). Todas as referidas escolhas denotam que o tema de que os autores tratam é atual e exigem urgência tanto no que diz respeito à discussão quanto no que diz respeito à ação, não podendo os leitores do jornal prescindir de participar da discussão que envolve o país.

Outra marca linguística utilizada com objetivo de sustentar aos argumentos do texto são os conectivos de coesão, como se pode perceber no excerto: “O Brasil importa 96,5% do cloreto de potássio que utiliza para fertilização do solo e é o maior importador mundial de potássio, com mais de 10 milhões de toneladas adquiridas do exterior. Contudo, os municípios amazonenses de Nova Olinda do Norte, Autazes e Itacoatiara têm reservas em torno de 3,2 bilhões de toneladas de minério.”. O uso da conjunção adversativa no trecho torna claras duas ideias antagônicas: a primeira está relacionada com o fato de

o Brasil ser importador de um minério; já a segunda, denota uma ideia contrária, isto é, o mesmo produto que o país importa é abundante em alguns municípios brasileiros. Vale esclarecer que a opção do país em não permitir tal exploração se deve ao fato de que o potássio se encontra em áreas protegidas por lei, isto é, no interior de terras indígenas.

Outra seleção para a construção do gênero tem a ver com a opção por duas pessoas do discurso para a construção do texto. Em alguns parágrafos os autores usaram a primeira pessoa do plural, opção cujo uso torna mais evidente a opinião dos enunciadores, como em “A Amazônia somente terá desenvolvimento sustentável quando soubermos o que realmente queremos dessa extraordinária bênção da natureza”. Nesse excerto, o recurso é uma estratégia linguística para se colocarem no discurso, dizerem para o leitor que eles acreditam no argumento e, como brasileiros que são, estão convencidos de que explorar economicamente a Amazônia é uma saída “abençoada” para os brasileiros. Já em outros trechos do texto, a opção foi pelo uso da terceira pessoa, como se pode observar em “as discussões sobre investimentos na região seguem sob conflito e com poucas realizações a favor da sociedade local”. Nesse caso, o uso da terceira pessoa, também comum em textos dessa natureza, é utilizado quando se tenta um certo distanciamento do texto para dar a impressão de impessoalidade sobre o assunto abordado e ainda dar a entender que o argumento, já corroborado pelo senso comum, possui valor de verdade.

Quanto à estrutura e organização textual, o artigo de opinião foi escrito em prosa, organizado em 11 (onze) parágrafos, sendo respeitada a clássica estrutura desse gênero discursivo, composta por introdução, na qual é apresentada a tese a ser defendida no decorrer do texto; desenvolvimento, construído ao longo dos parágrafos e onde são apresentados e explicados os argumentos para a defesa da ideia central a fim de convencer os leitores do jornal; e conclusão, na qual se aponta uma alternativa, julgada viável pelos autores, para resolver o problema discutido.

Como se pode perceber ao longo de todo o texto, a seleção lexical, a gradação dos exemplos apresentados, as sintaxes que favorecem a argumentação, bem como a alternativa apresentada para resolver o debate público, tudo foi produzido com uma finalidade bastante clara do jornal: convencer os enunciatários de que vale a pena explorar a Amazônia, pois os lucros compensam. Não se pode esquecer de que textos da esfera jornalística são anteriormente lidos, filtrados, editados, endossados para posteriormente serem publicados. Quando um jornal publica um texto com todos esses argumentos, depreende-se que estimula a “venda” dos “produtos” apresentados e o poder econômico se sente estimulado a comprar “produtos” caros, raros e valiosos, como a Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, com sua base teórica fincada em estudos bakhtinianos, busquei tornar evidente como discursos autoritários, como o que está presente em um artigo de opinião publicado pelo jornal Folha de São Paulo, forjam a construção de uma identidade amazônica.

Em primeiro lugar, deixei claras as condições concretas de materialização do enunciado, isto é, todo o contexto de produção, os interlocutores envolvidos, os objetivos do texto, em que suporte foi publicado, toda a descrição do gênero, escolhas linguísticas, concentrando-me, especialmente, nos argumentos defendidos por dois economistas sobre a tese: “A Amazônia é terra de oportunidades.

O gênero textual escolhido para defender a tese é o artigo de opinião. Nele os autores defendem a livre exploração de terras, mares e florestas amazônicas, sempre com argumentos de fundo econômico, os quais, se compreendidos e postos em prática, seria capaz de desenvolver a região amazônica. Tal recurso argumentativo, utilizado para aprovar investimentos privados ou interesses econômicos de poderosos grupos, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, compõe o discurso favorável a grupos dominantes.

Destaquei o papel do jornal Folha de São Paulo dentre os mais influentes formadores de opinião do país e que contribuem para uma ordem neoliberal. Seus posicionamentos políticos e econômicos, veiculados através de publicações, disputam narrativas que se tornarão parte do imaginário coletivo dos brasileiros e evidenciam o pensamento e a ideologia de grandes grupos econômicos e de poder político, deixando de lado a ideia de um grupo editorial apertado e sem ideologia, tal como anunciam na sua página eletrônica.

Em direção oposta à defesa explicitada no jornal, que raramente se posiciona a favor de classes populares e desfavorecidas, contra-argumento, ao longo desse texto, que a “terra de oportunidades” nada mais é que uma narrativa fantasiosa, colonial, que produz sentidos distorcidos sobre pessoas e lugares criada para sustentar o mercado sob o pretexto e falácia do desenvolvimento. Além disso, essa narrativa mascara assimétricas relações sociais, em que de um lado está quem manda e se estabelece por ações autoritárias, e de outro está quem obedece, considerando, por vezes, absolutamente naturais as relações hierárquicas. Tais relações, que muitas vezes camuflam conflitos, não raro, resultam em mortes, expropriação de terras, hierarquia de mando, apagamento de memórias, separação de famílias, aniquilação de culturas, devastação da floresta, destruição de saberes, desaparecimento de línguas, catástrofes demográficas, etc.

Ao longo do texto, evidenciei que os autores posicionam a Amazônia como salvadora de todas as formas de vida do planeta. Ao projetarem-na em nível global, os países, que anteriormente destruíram totalmente ou em parte os seus biomas em favor da industrialização desenfreada e da formação de cidades, hoje padecem com falta de água, insuficiente produção de alimentos e todas as consequências do aquecimento global (ondas de calor acima da média, tempestades, alteração no volume de chuvas, alagamentos, deslizamentos de terra, secas, ciclones, etc.). Por investirem vultosas cifras nesse lugar, exigem direitos e, para tanto, estabelecem regras de utilização do seu “produto”, do mesmo modo que mantém o controle sobre as pessoas. Em outros termos, a disputa pelo espaço amazônico gira em torno do poder que países ricos podem exercer sobre a região, não apenas com exploração de petróleo e gás natural, mas com exploração de minérios,

de madeiras, dentre tantos outros recursos naturais compreendidos como capazes de devolver altíssimos retornos financeiros.

Excluindo-se a visão mercantilista, que nos impede de enxergar o outro, anuncio, em contrapartida, que a Amazônia é como tantos outros no mundo, um lugar de contrastes e contradições, que possui diferentes ecossistemas, apresenta diferentes geografias, possui diferentes rios, um lugar com características diversas, onde se trabalha e produz de diferentes maneiras, onde vivem pessoas com diferentes histórias.

Em face de toda a discussão e ciente de que o processo de desenvolvimento sempre caminhará ao encontro de outro processo de desenvolvimento, fica evidente que a publicação em tela é um claro posicionamento de quem explora, ou seja, agentes do capital, empresários e governos, que não reconhecem, nem respeitam os espaços do outro, a vida do outro, o jeito de ser e de existir do outro.

Resta-me então: questionar o poderoso pensamento fáustico sobre progresso e sobre as pressões vanguardistas de grandes projetos que diariamente são apresentados às pessoas e que rapidamente tornar-se-ão obsoletos, especialmente em cenários amazônicos; questionar as identidades estereotipadas sobre a população amazônica; pensar no outro como sujeito que é possuidor de saberes e de dignidade; mudar métodos de estudo e de análise e me projetar no lugar do outro, porém com plena consciência de que pensar e agir igual a ele será impossível; desobedecer, por meio da linguagem e de um comportamento ético, verdades científicas e cartesianas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Gerson. Amazonialismo. In: ALBUQUERQUE, Gerson; PACHECO, Agenor (org). **Uwakürü: dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato**. Trad. da ed. Americana *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, 160 p.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASTRO, Iná Elias de. Nordeste como tema de suas elites. In: **O mito da necessidade**. Bertrand Brasil, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coord. trad. rev. técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, 316 p.
- GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. São Paulo. Autêntica. 1ª Ed. 2023.
- GRUPO FOLHA. O jornal mais influente do Brasil. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 ago. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml.
- HOLLAND, Márcio; VARGAS, Daniel. Um desafio amazônico. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 de ago.2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/06/um-desafio-amazonico.shtml>

LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005

PACHECO, Agenor (org). **Uwakürü: dicionário analítico.** Rio Branco: Nepan Editora, 2016.